

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às 08h00, no Centro Profissional Columbia, situado na Rua Baruel, 544, Suzano-SP., com a presença dos subscritores da lista de presença, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo com a seguinte ordem do dia: **a)** apresentação do relatório contábil e de investimentos dos meses de **SETEMBRO E OUTUBRO de 2021;** **b)** relatório dos afastamentos e concessão de Aposentadorias e pensões; **c) Pró-gestão.** O presidente passou a palavra ao superintendente, que de antemão esclareceu que a reunião está sendo realizada neste local em razão do curso de capacitação que será realizado conjuntamente com os conselheiros fiscais após essa reunião ordinária. A seguir, passou a detalhar a ordem do dia. **ITEM A.** Passou a detalhar os relatórios, por mês de referência, destacando em cada um deles relatório da Diretoria Financeira. **SETEMBRO: receitas R\$ 7.742.741,73. Despesas: R\$ 1.568.112,59. Saldo de investimentos do exercício de - R\$ 14.893.790,63.** Destacou o superintendente a regularidade dos repasses e pagamento dos parcelamentos por parte do ente. Quanto ao relatório de investimentos, ressaltou relatório elaborado pela Diretoria Financeira, dando conta que o mês em referência indicou uma retomada do consumo das famílias que deverá garantir algum dinamismo à economia doméstica no próximo ano. O processo de recuperação do mercado de trabalho (ainda que de forma mais lenta) pode impulsionar a massa de salários e uma desaceleração da inflação esperada para o próximo ano, contribuindo para o aumento da renda disponível das famílias. Adicionalmente, com o crescimento econômico, a concessão de crédito deverá permanecer em patamar elevado, favorecida pela própria recuperação do emprego, por patamares de juros reais ainda baixos em termos históricos. Por outro lado, as reviravoltas no cenário político nacional e o recuo na economia global são desafios que podem fazer o PIB brasileiro desacelerar ao longo de 2022. Este cenário está diretamente ligado ao comportamento da inflação, que se mostra bastante incerto. Dado o patamar elevado da inflação no ano de 2021, há o risco de propagação da inflação inercial, além de novas

surpresas com preços de energia e combustíveis, além da extensão dos problemas de oferta e repasses em bens industriais além de possíveis elevações em planos de saúde. Por outro lado, a desaceleração mais intensa das commodities em reais e dos preços de alimentos e uma política econômica menos expansionista, com o Banco Central elevando continuamente a taxa Selic são fatores que podem fazer a inflação recuar no próximo ano. No cenário internacional, o crescimento começa a perder força, porém continua a preocupação com a escalada da inflação, sendo que o peso da pandemia como principal determinante direto da atividade econômica global tem diminuído. As sequelas da pandemia, no entanto, não só continuam sendo sentidas, mas têm se mostrado mais persistentes do que se imaginava. O resultado tem sido a manutenção das pressões globais sobre custos. O desconforto com as pressões inflacionárias é aumentado pela perda de dinamismo da economia global. Este quadro implica em desafios importantes para a condução da política monetária. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve deixou claro que diminuirá as compras de ativos a partir da próxima reunião do FOMC (Comitê de Política Monetária do Fed), no início de novembro, e poderá encerrar as compras já a partir de meados de 2022. A abertura das taxas de juros das *treasuries*, sinalizando a elevação futura é consistente com este quadro de mudança de expectativas em relação à política monetária. Outro fator de preocupação é com a China, cujos ruídos cresceram ao longo das últimas semanas. Há uma desaceleração em curso da economia chinesa dada pela normalização da política econômica, moderação das exportações e do arrefecimento do setor imobiliário, que deve ser intensificada nos próximos meses diante das restrições energéticas. Em relação ao mercado de renda fixa, o mês de setembro se caracterizou pela abertura das curvas de juros nominal e real, ainda com elevada volatilidade como no mês anterior. As surpresas altistas na inflação corrente, com ampla e disseminada deterioração dos núcleos do IPCA fomentaram piora nas expectativas para 2021 e 2022 e acarretaram uma reprecificação, por parte do mercado, quanto ao ponto terminal deste ciclo de Política Monetária. Contudo, no meio de setembro o mercado recebeu a sinalização do presidente do BC quanto à manutenção do ritmo de alta na SELIC, algo que foi

corroborado na reunião do COPOM de setembro. Já a parte mais longa da curva foi afetada internamente pela deterioração do ambiente político-institucional do país, pelos imbróglis fiscais que permanecem, com destaque para os precatórios, o valor do Auxílio Brasil (eventual substituto do Bolsa Família) e a possível extensão dos auxílios emergenciais para 2022. O cenário segue desafiador na renda fixa, com os investidores monitorando basicamente (i) inflação nos EUA e no Brasil; (ii) comunicações do FED quanto ao desenrolar do *tapering* nos EUA; (iii) andamento do processo de vacinação e das novas variantes do COVID-19; (iv) ambiente político e seus impactos na política fiscal do país; (v) desdobramentos dos defaults de grandes empresas chinesas; (vi) gargalos de oferta nas cadeias de suprimentos globais. A visão prospectiva continuará de baixa alocação em risco, mas com a possibilidade de alguma migração gradual para o risco nominal embasado na ideia de que a curva de inflação implícita se encontra com prêmio frente ao seu fundamento. Já no segmento de renda variável, setembro foi um mês negativo para os mercados acionários. No cenário internacional destacaram-se as preocupações relacionadas à desaceleração do crescimento econômico chinês, o risco de default da maior construtora daquele país e potencial contágio para outras empresas do setor e cadeias produtivas ligadas à companhia. Somando-se a isso, houve a manutenção do sentimento de cautela dos investidores em relação ao início do processo de retirada dos estímulos monetários na economia norte-americana. Nesse contexto observamos queda generalizada dos principais índices mundiais. Já no cenário doméstico o balanço de riscos permaneceu negativo, sobretudo aqueles relacionados aos temas fiscal e inflação e seus efeitos negativos sobre a política monetária. Somando-se a isso, uma maior aversão a risco vinda do exterior aliada aos riscos hidrológicos e de revisões de crescimento para baixo do PIB local contribuíram para que o Ibovespa fechasse no campo negativo e recuasse 6,57% em setembro. Apesar da percepção de aumento dos riscos, incertezas e um balanço de riscos mais negativo, a perspectiva a longo prazo ainda é positiva em relação ao mercado acionário brasileiro, com os seguintes fatores que impactarão positivamente o desempenho da economia e as empresas de modo geral: (i) avanço da vacinação contra a

Covid no país e reabertura econômica; (ii) expectativa de inflação ancorada, apesar de em patamares elevados; (iii) manutenção da entrega de bons resultados operacionais pelas empresas em bolsa; (iv) a desvalorização cambial e a queda no preço das ações fez com que o valor de mercado das empresas se encontre em patamares inferiores às homólogas no exterior; (v) crescimento econômico global em ambiente de liquidez ainda abundante e taxa de juros nas mínimas históricas. A carteira do IPMS foi impactada pelo desempenho negativo no segmento de renda variável, com rentabilidade em setembro/2021, em -0,92%, com recuo cerca de R\$ 4,61 milhões, sendo que os segmentos de renda fixa apresentaram um retorno de R\$ 630,04 mil positivo, enquanto que na renda variável o retorno foi negativo em R\$ 5,14 milhões, sendo que os investimentos em fundos no exterior apresentaram uma performance negativa de R\$ 101,91 mil. No mês de setembro/2021 o IPMS manteve a política dos meses anteriores de novos aportes no CDI, dado a manutenção do cenário de deterioração do cenário fiscal e a indefinição no cenário econômico. Esta estratégia é uma defesa e manutenção de valor, visto que a elevada volatilidade observada tanto nos mercados de renda fixa como de renda variável no curto prazo prejudica estratégias de alocação de ativos seja no mercado de renda fixa, seja no mercado de renda variável. Haja ainda que salientar que, o IPMS, como investidor institucional, deve ter sua meta focada na maximização da rentabilidade no horizonte de longo prazo. **OUTUBRO: receitas R\$ 7.754.821,51. Despesas: R\$ 1.830.291,65. Saldo de investimentos do exercício de - R\$ 20.000.197,66.** De igual modo houve regularidade do ente quanto ao repasse das verbas e pagamentos dos acordos. Novamente destaca relatório financeiro acerca da carteira de investimentos, demonstrando o cenário internacional e nacional e os impactos destes em nossos investimentos. Ressaltou que o mês de outubro de 2021 se caracterizou pela turbulência política, cuja ameaça de alteração no teto de gastos, fiador da confiabilidade do sistema fiscal brasileiro, ameaçam o crescimento econômico e a disparada da inflação para o ano de 2022. As mudanças na regra do teto de gastos através de PEC aprovada pela Câmara dos Deputados e enviada ao Senado ameaça a principal âncora fiscal do País. A principal consequência no curto

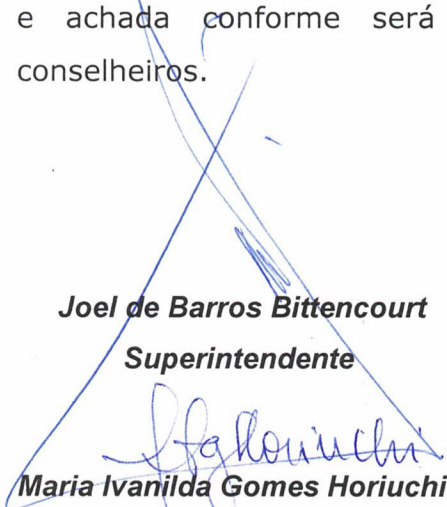
prazo é o aumento da incerteza e a piora das condições financeiras, com depreciação da taxa de câmbio, queda da bolsa e abertura das curvas de juros, impactando negativamente as perspectivas para o crescimento econômico e a inflação. O câmbio deve continuar incorporando o risco fiscal e as incertezas sobre a política econômica dos próximos anos. Ainda que as commodities no mercado internacional continuem dando suporte aos termos de troca brasileiros e mesmo diante da expectativa de maior aperto monetário por parte do Banco Central, a moeda brasileira deverá se manter depreciada neste ano e no próximo. Como resposta à deterioração fiscal e do cenário para a inflação, o Banco Central deverá estender o aumento dos juros. A depreciação cambial e o impulso fiscal derivados das mudanças no teto de gastos, combinado com a persistência da inflação corrente, demandam um patamar de juros superior ao que seria necessário para produzir a desinflação da economia. Diante disso, houve uma revisão pelo mercado das expectativas de elevação da taxa Selic visto que a aceleração deverá ser mais elevada e duradoura. A atividade econômica deverá sentir os impactos do maior aperto monetário e da piora das condições fiscais. O aumento da Selic e a deterioração das condições financeiras deverão afetar especialmente as atividades ligadas ao ciclo econômico. Por outro lado, setores mais dissociados do ciclo, como a indústria extrativa ou o agronegócio devem compensar parte da perda de dinamismo do restante da economia. No cenário internacional, o destaque é a reação dos bancos centrais à escalada inflacionária, visto que, ao longo dos últimos meses, as surpresas altistas com a inflação têm crescido, ao mesmo tempo em que o desempenho da atividade continua frustrando, na grande maioria dos países. Em resposta, o ajuste da política monetária foi se intensificando, seja com o aumento do número de bancos centrais elevando os juros, seja com a aceleração do ritmo de elevação. Se por um lado a tendência de alta da inflação é motivo de preocupação, por outro, parte importante da inflação global se deve a questões transitórias. O fato é que esses choques têm se mostrado mais persistentes do que esperado. É plausível esperar um reequilíbrio entre oferta e demanda, com o reestabelecimento das cadeias globais e um arrefecimento da demanda de bens, seja pela migração para serviços, seja pela própria

desaceleração em curso das economias. O FED também iniciou seu processo de normalização da política monetária, com a confirmação da retirada dos incentivos monetários (*tapering*) a partir de novembro. Por alguns meses, a velocidade do *tapering* será o principal sinalizador de política monetária. Já em relação à China, as mesmas continuam centradas nas mudanças estruturais em andamento no país. O ajuste do setor imobiliário segue o principal vetor para essa alteração no ritmo de crescimento. Mesmo assim, acredita-se em uma suavização dos ajustes, como alguns membros do governo têm sinalizando. Em relação ao mercado de renda fixa, houve forte abertura nas curvas de juros em outubro, que passaram a apresentar inclinação negativa, ainda em ambiente de elevada volatilidade. A forte percepção pelo mercado de deterioração da principal âncora fiscal do país, conhecida como teto de gastos, somado a novas surpresas altistas na inflação, levaram a nova onda de revisão altista da Selic terminal deste ciclo de normalização e também do IPCA para 2021 e 2022, concomitante com reduções baixistas para o PIB de igual período. O país segue com indefinições quanto aos precatórios, o valor do Auxílio Brasil e a possível extensão dos auxílios emergenciais para 2022. Já no cenário internacional, o início do aperto monetário (*tapering*) confirmado pelo Fed para novembro, que resultou na esperada abertura da curva americana que impacta também a renda fixa soberana global. Novamente neste mês tivemos baixo volume de Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, dado o momento do mercado de baixo apetite por risco e pela falta de interesse do emissor em emitir dívida à taxas elevadas. Nesse contexto, considerando os subíndices da ANBIMA (IMA-B, IRF-M, entre outros) que são atreladas aos fundos de investimento de RPPS, nota-se que estas faltas de liquidez nos títulos fizeram com que todos estes fundos no mês tivessem performance negativa, com exceção do IMA-S, que é atrelado à taxa Selic, somente. A perspectiva segue desafiadora no mercado de renda fixa, com os investidores monitorando basicamente: (i) inflação nos EUA e no Brasil; (ii) início do tapering nos EUA; (iii) andamento do processo de vacinação e das novas variantes do COVID-19 pelo globo; (iv) ambiente político e seus impactos na política fiscal do país; (v) desdobramentos dos defaults de grandes empresas chinesas, assim como a

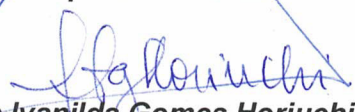
desaceleração da atividade no país; (vi) gargalos de oferta nas cadeias de suprimentos globais. Já no mercado de renda variável, outubro foi um mês de grande descolamento da bolsa brasileira em relação aos mercados internacionais, que operaram com ganhos, enquanto o índice Ibovespa recuou 6,74%. No ambiente internacional, a redução do número de mortes por Covid, o controle da situação da Evergrande e a recuperação robusta da atividade econômica, contribuíram para o desempenho positivo de vários mercados. Por outro lado, no Brasil, as pressões sobre o teto de gastos, a mudança em sua janela de cálculo, incluída na PEC dos precatórios, tudo isso com o pano de fundo do novo Auxílio Brasil, levaram a bolsa brasileira a um desempenho totalmente descolado dos mercados internacionais. O descolamento do Ibovespa frente os seus pares internacionais favoreceram o mercado dos fundos BDR, cuja valorização esteve atrelada em parte ao câmbio e parte vindo do movimento de alta nas bolsas americanas. A carteira do IPMS refletiu o cenário de instabilidade verificado no mercado interno versus a tendência altista verificada no mercado internacional. A rentabilidade em outubro/2021, foi de -1,01%, com recuo cerca de R\$ 5,11 milhões, sendo que os segmentos de renda fixa apresentaram um recuo de R\$ 5,19 milhões, e a renda variável o retorno foi negativo em R\$ 4,36 milhões, enquanto que os investimentos em fundos no exterior apresentaram uma performance positiva de R\$ 4,44 milhões. No mês de outubro/2021 o IPMS manteve a política dos meses anteriores de novos aportes no CDI, dado a manutenção do cenário de deterioração do cenário fiscal e a indefinição no cenário econômico. Esta estratégia é uma defesa e manutenção de valor, visto que a elevada volatilidade observada tanto nos mercados de renda fixa como de renda variável no curto prazo prejudica estratégias de alocação de ativos seja no mercado de renda fixa, seja no mercado de renda variável. Por outro lado, com o descolamento do cenário internacional em relação à volatilidade causada pela instabilidade política e seus reflexos na economia interna, o IPMS acredita que poderá ser aberta uma janela de oportunidade para o aporte de recursos em fundos de renda variável com ativos no exterior, em especial BDR's. O IPMS, como investidor institucional, mantém sua meta focada na diversificação da carteira objetivando a maximização da

rentabilidade no horizonte de longo prazo. Após manifestações sobre o cenário pelos conselheiros, o relatório de receitas, despesas e de investimentos dos meses de **SETEMBRO e OUTUBRO 2021** são aprovados por unanimidade dos conselheiros, tudo conforme disposto no inciso VII do artigo 79 da Lei 4.583/2012. **ITEM B: Afastamentos.** Pelo superintendente foi apresentado relatório de afastamentos dos meses de setembro e outubro/21, com a concessão dos seguintes benefícios: **SETEMBRO: Aposentadoria por idade e tempo de contribuição:** Laert de Laet de Carvalho (engenheiro). **Aposentadoria por idade:** Neide Domingues Santini (professor de educação básica I 24h); **Pensão por morte:** Vanderlei Moura, Erika Lialian Moura e Renan Bruno Moura, em razão do falecimento de Jacilda Barbosa Moura (prof. Educação básica I 30h); João Antonio Pereira em razão do falecimento de Tereza Ribeiro Pereira (cozinheira escolar); Maria Cristina Aro e Rodrigues Nascimento, em razão do falecimento de Marcelino Aparecido do Nascimento (agente de Segurança Escolar). **OUTUBRO: Aposentadoria por idade e tempo de contribuição:** Vera Lucia de Souza Camargo (cozinheira escolar); Silvana Aparecida Gonçalves França Lopes (professor de educação básica I 30h); Claudia Cristina Garcia (cozinheira escolar); Elizabeth Vieira Arantes (psicólogo social); Ivone da Silva Nascimento (professor de educação básica I 30h); Narani Fadul Antoniadis (professor de educação básica I 24h) e Elisabete Gomes Benatti Ramos (professor de educação básica I 24h); **Aposentadoria por idade:** Maria das Graças de Souza (cozinheira escolar); Esmeralda Dantas de Oliveira Landim (professor de educação básica I 30H) e Maria José Marques Cabrera Gomes (auxiliar administrativo); **Pensão por morte:** Marcello Francisco da Costa e Hanna Luiza de Lima Costa, em razão do passamento de Sheila Maria de Lima Costsa (diretor de escola); Sueli Rodrigues Basilio, em razão do falecimento de Maurício Idelardi Eugenio Candido (guarda civil municipal) e Lydia Garijo Vidal, em razão do falecimento de Romeu Pereira Vidal (vereador). **ITEM C – PRÓ-GESTÃO:** Pelo superintendente foi destacado que para finalização do curso pró-gestão há necessidade de apreciação da Cartilha Previdenciária (i), Relatório de Gestão Atuarial (ii) e Relatório de Governança Administrativa 2020 (iii). Referido material foi disponibilizado na forma eletrônica e

antecipada a todos os conselheiros para leitura e apontamentos. Dada a palavra aos conselheiros não foram suscitadas dúvidas, restando aprovados os relatórios. Esclarece que o ponto final do pró-gestão para certificação será feito prestação de contas via online em data a ser definida, seguido da auditoria. Nada mais havendo a tratar é lavrada a presente ata que após lida e achada conforme será assinada pelo Superintendente e demais conselheiros.



Joel de Barros Bittencourt
Superintendente



Maria Ivanilda Gomes Horiuchi
Conselheira



Elisangela Lima de Araújo
Conselheira



Luciene Aparecida Shinabe
Conselheira



Reinaldo Takashi Katsumata
Conselheiro



Claudio Aparecido Dos Santos
Conselheiro



Haroldo de Souza
Conselheiro



Marciel Vitorio Alves
Presidente

Reunião Conselho Deliberativo

Data: 09/12/2021

Local: IPMS

Nome	Cargo/Função	Assinatura por extenso
Joel de Barros Bittencourt	Superintendente IPMS	
Claudio Aparecido dos Santos	Conselheiro	
Reinaldo Takashi Katsumata	Conselheiro	
Marciel Vitorio Alves	Presidente	
Elisangela Lima de Araújo	Conselheira	
Haroldo de Souza	Conselheiro	
Luciene Aparecida Shinabe	Conselheira	
Maria Ivanilda Gomes Horiuchi	Conselheira	